

AS “(CONTRA-)POLÍTICAS PÚBLICAS” DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO, EM 2014, NO NORTE DE MINAS GERAIS: CONTRAPOSIÇÕES AO DIREITO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Profª Dra. Úrsula Adelaide de Lélis – Unimontes
ursulalelis@gmail

Edirlene Pereira Santos – Acadêmica
santos.edileny@hotmail.com
LabÉdoCampo – Unimontes
PIBIC/FAPEMIG

A educação dos sujeitos do Campo foi historicamente negligenciada como direito pelo Estado, secundarizada e posposta ao paradigma da escola urbana, tomada como protótipo de escola e sujeitos de direito (CALDART, 2012; ARROYO, 2009; ANTUNES-ROCHA, MARTINS, 2009). Na contemporaneidade, as lutas em defesa dessa Educação propugnam o atendimento às singularidades dos povos, sem negar-lhes o que se situa no âmbito global do conhecimento, sobre preceitos da Educação Popular. Contrapõem-se às pedagogias e práticas liberais para a manutenção das estruturas de poder político, exploração da força de trabalho e domínio cultural (MARX, 2008). Na agenda das “(contra-) políticas públicas” de Educação do Campo, um fenômeno ardil tem afetando esse espaço: o fechamento de suas “escolas de pequeno porte”, muitas delas, multissérie. Em 2014, 26 anos após a promulgação da Constituição Federal que demarca a educação como direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, em Minas Gerais, 292 escolas foram fechadas. Em geral, tais ações se fundam sobre a tônica da diminuição da população rural ao longo dos anos; da precariedade e municipalização das escolas; na crença de que o sistema de nucleação promove a elevação da qualidade da educação; do acúmulo de funções dos professores; da lógica do cálculo de repasse do FUNDEB, dentre outras. Esta pesquisa problematiza as implicações do fechamento dessas escolas, para a efetivação do direito constitucional da Educação para Todos, entendido como condições de acesso, permanência e conclusão de escolaridade, no Norte de Minas Gerais, em 2014. Por meio da investigação quanti-qualitativa (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2009), e com o suporte analítico da ferramenta Ciclo de Políticas (BALL, 2011), desenvolvem-se os procedimentos metodológicos das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, nos 3 municípios norte-mineiros que mais fecharam escolas em 2014: Montes Claros (11 escolas), Porteirinha (13 escolas) e São João do Paraíso (17 escolas) (CÁRITAS, 2015). Essa amostra permitirá a análise da lógica que tem permeado tais “(contra-)políticas, na região. Resultados parciais têm apontado para a implementação da lógica utilitarista-economicista da mercantilização do Campo. De um lado, fomenta-se o mercado do transporte escolar e diminui-se custos com os profissionais. Por outro, libera-se os espaços do Campo para o crescimento do agronegócio, das grandes monoculturas, da negação do direito a terra e à agroecologia, para a “modernização” do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas públicas. Escolas do campo.